

Companhia Energética Amazonense

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Amazonense (“CEA”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Companhia Energética Amazonense (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 10 de outubro de 2022, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e exploração da usina geradora de energia termelétrica UTE Manaus I no Município de Manaus, Amazonas, a comercialização da energia gerada pelo empreendimento, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica, podendo importar gás natural e outros insumos necessários ao seu processo produtivo, para fornecer energia elétrica para a Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

A UTE sagrou-se vencedora do 2.º Leilão de Reserva de Capacidade sob a forma de Energia (“LRCE”), realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 30 de setembro de 2022. O empreendimento tem previsão de receita fixa de R\$552,8 milhões por ano (data base: setembro de 2022), com reajustamento anual pelo IPCA, conforme Edital e demais regras do leilão. A entrada em operação comercial está prevista para 31 de dezembro de 2026, e o contrato de venda de energia vigorará por 15 anos.

A área selecionada para a implantação do projeto situa-se na Zona Industrial de Manaus, em um terreno de propriedade do Grupo Global, do qual a Companhia faz parte, com área total de 227 mil m² (duzentos e vinte e sete mil metros quadrados), prevendo-se a utilização de aproximadamente 30 mil m² para a implantação do empreendimento. O terreno está situado na Avenida Desembargador César do Rego, lotes D-6, D-5 e D-2, bairro Colônia Antônio Aleixo, Distrito Industrial, em Manaus/AM.

Sua operação será feita com uso de gás natural local, produzido pela Petrobras na bacia amazônica, e transportado até a cidade de Manaus pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), por meio do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, e movimentado desde o ponto de entrega da TAG até a área da Usina pela Companhia de Gás do Amazonas (Cigás), permitindo assim o atendimento das necessidades da UTE para a geração de energia elétrica.

A Usina irá operar com tecnologia da Siemens, sendo composta por duas turbinas SGT-800, operando a gás natural, e uma turbina a vapor SST-400 completando o ciclo combinado. A capacidade total de geração do empreendimento será de, aproximadamente, 162,9 MW.

Os montantes a receber de energia serão administrados pela CCEE. O contrato do empreendimento (CER-D Nº 464/2022) segue os padrões do ambiente regulado de comercialização de energia de reserva o que torna o Contrato com baixíssimo risco de inadimplência.

Sustentabilidade Corporativa

O Grupo Global possui estratégias para atuações socioambientais a fim de manter-se alinhado ao conceito ESG – “Environmental, Social and Governance”, estando em constante desenvolvimento na área de Governança, com uma gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional.

Com o objetivo de divulgar as ações adotadas pelo Grupo que contribuem para a busca por harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos foi desenvolvido o 1.º Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da Global Participações em Energia S.A. (GPE) referente ano de 2023 e divulgado no site do Grupo.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2023 a Companhia iniciou a implantação do projeto que situa-se na Zona Industrial de Manaus, em um terreno de propriedade do Grupo Global, do qual a Companhia faz parte, com área total de 227 mil m² (duzentos e vinte e sete mil metros quadrados), prevendo-se a utilização de aproximadamente 30 mil m² para a implantação do empreendimento. O terreno está situado na Avenida Desembargador César do Rego, lotes D-6, D-5 e D-2, bairro Colônia Antônio Aleixo, Distrito Industrial, em Manaus/AM.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores externos refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2023, estão adequados.

Custos e Despesas Operacionais: R\$ 3,448 milhões (R\$ 1 mil em 2022). Acréscimo relevante em função do início da implantação da UTE.

Prejuízo Operacional: R\$ 3,423 milhões (R\$ 1 mil em 2022), variação conforme explicado no item anterior.

Prejuízo do Exercício: R\$ 5,750 milhões (R\$ 1 mil de 2022).

Capital de Giro: Capital Circulante Líquido negativo de (R\$ 1,760) milhões (positivo em R\$ 10 mil em 2022).

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): totalizaram R\$ 1,672 milhões (R\$ 10 mil em 2022).

Agradecimentos

A Administração agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação da Companhia pela confiança depositada ao longo do exercício social de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Manaus (AM), 19 de março de 2024.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Amazonense

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Amazonense (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Amazonense em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Atividade pré-operacional

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas por meio dos aportes de recursos dos seus acionistas. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias.

Outros assuntos

Informações Comparativas - Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

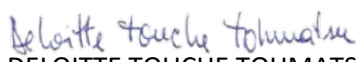
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTES			(não auditado)	CIRCULANTES			(não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.672	10	Fornecedores	7	575	-
Impostos a recuperar		5	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	489	-
Outras contas a receber	4	385	-	Obrigações tributárias	9	168	-
Total dos ativos circulantes		<u>2.062</u>	<u>10</u>	Instrumentos Financeiros Derivativos	10	2.590	-
NÃO CIRCULANTES							
Impostos diferidos	5	3.042	-	Total dos passivos circulantes		<u>3.822</u>	<u>-</u>
Imobilizado	6	<u>63.075</u>	<u>-</u>	NÃO CIRCULANTES			
Total dos ativos não circulantes		<u>66.117</u>	<u>-</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	10.092	1
				Instrumentos financeiros derivativos	10	<u>1.330</u>	<u>-</u>
				Total dos passivos não circulantes		<u>11.422</u>	<u>1</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social		58.686	10
				Prejuízos acumulados		<u>(5.751)</u>	<u>(1)</u>
				Total do patrimônio líquido	13	52.935	9
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>68.179</u></u>	<u><u>10</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>68.179</u></u>	<u><u>10</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o prejuízo básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	15	(39)	-
PREJUÍZO BRUTO		(39)	-
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	11 e 15	(3.409)	(1)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	25	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(3.423)	(1)
Receitas financeiras	16	508	-
Despesas financeiras	16	(5.877)	-
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.792)	(1)
Imposto de renda diferido	14	3.042	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(5.750)</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de ações		(0,412)	(0,010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(5.750)	(1)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(5.750)</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia - 10 de outubro de 2022		10	-	10
Prejuízo do exercício	13	-	(1)	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>10</u>	<u>(1)</u>	<u>9</u>
Prejuízo do exercício		-	(5.750)	(5.750)
Integralização de capital	13	58.676	-	58.676
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>58.686</u>	<u>(5.751)</u>	<u>52.935</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(5.750)	(1)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	6	3	-
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	6	1.494	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	(3.042)	-
Perda instrumentos financeiros derivativo	10	3.920	-
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Impostos a recuperar		(5)	-
Outras contas a receber	4	(385)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	7	164	-
Obrigações tributárias	9	168	-
Obrigações sociais e trabalhistas	8	489	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.944)</u>	<u>(1)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	6 e 16	<u>(64.161)</u>	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		<u>(64.161)</u>	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	10.091	11
Integralização de capital social	13	<u>58.676</u>	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>68.767</u>	<u>11</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>1.662</u></u>	<u><u>10</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	10	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	1.672	10
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>1.662</u></u>	<u><u>10</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de R\$ - Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Contexto Operacional

A Companhia Energética Amazonense (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2022, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e exploração da usina geradora de energia termelétrica UTE Manaus I no Município de Manaus, Amazonas, a comercialização da energia gerada pelo empreendimento, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica, podendo importar gás natural e outros insumos necessários ao seu processo produtivo, para fornecer energia elétrica para a Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

A Companhia é controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), que é uma holding do Grupo Global o qual controla diversas térmicas e PCHs bem como exerce atividades no setor energético em todo o território nacional.

A UTE sagrou-se vencedora do 2.º Leilão de Reserva de Capacidade sob a forma de Energia (“LRCE”), realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 30 de setembro de 2022. O empreendimento tem previsão de receita fixa de R\$ 552,8 milhões por ano (data base: setembro de 2022), com reajustamento anual pelo IPCA, conforme Edital e demais regras do leilão. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações. A Companhia tem previsão para iniciar sua operação comercial em 31 de dezembro de 2026, e o contrato de venda de energia vigera por 15 anos.

Sua operação será feita com uso de gás natural local, produzido pela Petrobras na bacia amazônica, e transportado até a cidade de Manaus pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), por meio do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, e movimentado desde o ponto de entrega da TAG até a área da Usina pela Companhia de Gás do Amazonas (Cigás), permitindo assim o atendimento das necessidades da UTE para a geração de energia elétrica.

Os montantes a receber de energia serão administrados pela CCEE. O contrato do empreendimento (CER-D Nº 464/2022) segue os padrões do ambiente regulado de comercialização de energia de reserva o que torna o Contrato com baixíssimo risco de inadimplência.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 19 de março de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São considerados:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros eram mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Redução ao valor recuperável ("impairment")

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuro estimado a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que estão de acordo com o contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.
Alterações ao CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da Alteração
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações ao CPC 40	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações ao CPC 2	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"
Alterações à CPC 09	Demonstração do valor adicionado

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	37	10
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>1.635</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.672</u>	<u>10</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se a Operações Compromissadas com taxa de 70% da remuneração dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

4. TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os tributos diferidos contabilizados no passivo tinham a seguinte origem:

	<u>31/12/2023</u>
Prejuízos fiscais IRPJ	1.209
Base de cálculo negativa CSLL	435
Instrumentos financeiros derivativos	1.333
PLR	<u>65</u>
Total	<u>3.042</u>
Impostos diferidos ativos	3.042

Os tributos diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de CSLL e diferenças temporárias sobre instrumentos financeiros foram reconhecidos em conformidade com o CPC 32.

Devido ao fato de a Companhia entrar em operação no final de 2026, foi considerado para fins de realização dos impostos diferidos o exercício de 2027.

5. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Adiantamento a fornecedores (a)	Total
Taxa de depreciação anual	10%	10%	20%	-	-	
<u>Custo corrigido</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-
Adições	28	2	37	25.816	38.689	64.572
Baixa	-	-	(3)	(1.491)	-	(1.494)
Transferências	(3)	3	3	(3)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>25</u>	<u>5</u>	<u>37</u>	<u>24.322</u>	<u>38.689</u>	<u>63.078</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-
Adições	(1)	-	(2)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>24</u>	<u>5</u>	<u>35</u>	<u>24.322</u>	<u>38.689</u>	<u>63.075</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Em julho de 2023, foi assinado contrato com a Siemens para compra de turbinas, no valor de U\$60.223 (R\$285.511 câmbio em 31 de julho de 2023) e realizado o primeiro adiantamento contratual, R\$38.576.

6. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>
Mat Mundial Agência de Turismo LTDA	82
WS Serviços Elétricos e Edificações LTDA	109
Usemix Concreto LTDA	120
Outros fornecedores	264
Total	<u>575</u>

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Provisão PLR	411
Provisão férias	11
INSS folha	35
FGTS	9
IRRF folha	23
Total	<u>489</u>

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Passivo dos derivativos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2023</u>
Contratos para proteção de outras operações:	
Contratos de câmbio a termo	3.920
Total	<u>3.920</u>
Circulante	2.590
Não circulante	1.330
Resultado financeiro, líquido	<u><u>(3.920)</u></u>

Conforme nota explicativa nº 5, em julho de 2023, foi assinado contrato com a Siemens para compra de turbinas, no valor de U\$ 60.223 (R\$285.511 câmbio em 31 de julho de 2023) e realizado o primeiro adiantamento contratual, R\$38.576. Para o saldo restante foram realizados Contratos de Negociação de Termo de Moeda para proteção da exposição cambial no montante de US\$ 34.662 (R\$ 165.278 valor convertido conforme contratos) com vencimento final em 30 de julho de 2025. A Companhia pretende contratar o saldo remanescente até dezembro de 2024.

9. PARTES RELACIONADAS

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora é a GPE.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>		
Global Participações em Energia S.A.	10.092	1
Total	<u>10.092</u>	<u>1</u>

Refere-se a instrumento particular sem encargos financeiros de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2023, o qual será integralizado ao capital em 2024.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários do Conselho de Administração são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração individualizada, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2023, foram pagos honorários para a Administração no montante de R\$771, sendo integralmente remuneração fixa (31 de dezembro de 2022, R\$0,00 de remuneração fixa e variável).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

10. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as probabilidades de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía nenhum processo considerado como risco de perda provável pelos seus assessores jurídicos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito na constituição da Companhia era de R\$ 100 representando 100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 é o capital social é de R\$58.686, dividido em 58.686.188 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas e sua composição e movimentação pelos acionistas é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	58.686.188	100%
Total	<u>58.686.188</u>	<u>100%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

	Capital Social
31 de dezembro de 2022	10
<u>Integralização de capital</u>	
18 de julho de 2023	90
7 de agosto de 2023	38.928
30 de novembro de 2023	19.658
31 de dezembro de 2023	<u>58.686</u>

Em 18 de julho de 2023 o capital social foi totalmente integralizado após aporte de R\$ 90 feito em conta corrente pela GPE.

Em 7 de agosto de 2023 foi proposto e aprovado em assembleia geral extraordinária aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 38.928 em moeda corrente e legal do País, mediante a emissão de 38.928.018 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalizando R\$ 39.028.

Em 30 de novembro de 2023 foi proposto e aprovado em assembleia geral extraordinária aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 19.658 em moeda corrente e legal do País, mediante a emissão de 19.658.170 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalizando R\$ 58.686.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6404/76, até o limite de 20% do capital social, e, após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída a reserva legal em função de a Companhia apurar prejuízo de R\$3.163.

Prejuízo básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício/período	(5.750)	(1)
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>13.941</u>	<u>10</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	<u>(0,412)</u>	<u>(0,100)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores e por isso o lucro por ação básico e diluído são iguais.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, uma vez que a Companhia não está apresentando lucro, não está sendo calculado dividendos mínimo obrigatórios.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação do efeito calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício está demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.792)	(1)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	2.989	-
Diferenças permanentes:		
Demais adições e exclusões	<u>53</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>3.042</u>	<u>-</u>
Taxa Efetiva	-34,60%	0,00%

13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(1.643)	-
Depreciação e amortização	(3)	-
Custos com manutenção e operação	(36)	-
Despesas com viagens e comunicações	(601)	-
Serviços de terceiros	(15)	1
Assessoria e consultoria	(1.090)	-
Outras despesas (receitas)	(35)	-
Total	<u>(3.423)</u>	<u>1</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(39)	-
Despesas gerais e administrativas	(3.409)	(1)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	-
Total	<u>(3.423)</u>	<u>(1)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>	
Rendimento de aplicações financeiras	396
PIS e COFINS sobre receita financeira	(19)
Variações cambiais positivas	131
Subtotal	<u>508</u>
<u>Despesas financeiras</u>	
Variações cambiais negativas	(1.563)
Outras despesas financeiras, líquidas	(394)
Subtotal	<u>(1.957)</u>
Total	<u>(1.449)</u>

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	<u>31/12/2023</u>		
	<u>CA</u>	<u>VJR</u>	
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.672	-	Nível I
Outras contas a receber	385	-	Nível I
Total	2.057	-	
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	575	-	Nível I
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.920	Nível I
Total	575	3.920	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a conformidade com limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros	2024	2025
Fornecedores	606	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.730	1.402
Total	<u>3.336</u>	<u>1.402</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2023, a Companhia obteve de variação cambial líquida negativa de R\$1.563 (Em 2022, variação cambial líquida de R\$0,00).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2023 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as taxas de rendimento apresentadas em 31 de dezembro de 2023. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Saldo de aplicação financeira</u>	<u>CDI em 31/12/23</u>	<u>Variação de 10% do CDI</u>	<u>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</u>
1.635	11,75%	10,58%	(19)

Gestão do capital

A Administração gerencia o capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios da Companhia de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital.

O patrimônio líquido inclui capital social e reservas, conforme divulgado na nota explicativa n.º 11.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento.

Política de preços (ambiente regulatório)

A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de combustível

A Companhia irá gerar energia por meio de UTE. Uma situação extrema, em que não haja oferta de gás natural pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela Companhia, implicaria a redução de receita e aplicação de multas por parte da CCEE. Considerando a operação com 100% gás natural, uma possível escassez deste combustível não apresenta riscos para a operação.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia assinou Contratos de Negociação de Termo de Moeda para proteção da exposição cambial no montante de US\$34.662 (R\$165.278 valor convertido conforme contratos) com vencimento final em 30 de julho de 2025. A Companhia pretende contratar o saldo remanescente até dezembro de 2024.

16. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados com a Siemens para fornecimento das turbinas a gás e a vapor no montante total de R\$ 272.171 com vencimento até 30 de dezembro de 2026.

- TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

- Valores a pagar para fornecedores referente a aquisição dos bens imobilizados de R\$ 411.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Contrato assinado com a NEM para fornecimento das caldeiras recuperadoras de calor no montante total de R\$62.929, com vencimento até 30 de setembro de 2025.
